



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – Estado de Minas Gerais
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Fone: (034) 3353-1227 Ramal 206
controladoria@conquista.mg.gov.br

ANEXO XVII do Decreto 2.474/2018

PARECER DO CONTROLE INTERNO



Parecer nº. 002/2021	Nº Processo: 020/2020	Data Recebimento da Prestação de Contas na Unidade de Controle Interno: 26/03/2021 Data recebimento da documentação complementar da PC para análise final:
De: Unidade de Controle Interno		
Para: Secretaria Municipal de Assistência Social		
() Prestação de Contas Parcial – Qual parcela?		(X) Prestação de Contas Final
Número da Parceria: Termo de Fomento nº. 004/2020	Período a que se refere a prestação de contas : Fevereiro a Dezembro 2020	Período de Vigência 06/02/2020 a 31/12/2020
Nome da OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONQUISTA – MG - APAE CNPJ: 08.083.742/0001-30		
Valor total da parceria (R\$) R\$ 311.000,00 Valor Aditado: (R\$) 14.147,22 Total da Parceria: R\$ 325.147,22	Valor da parcela repassado (R\$) R\$ 325.147,22	Valor da parcela comprovadamente utilizada (R\$) 325.023,23
Valor da aplicação financeira (R\$) A rentabilidade não foi demonstrada nos extratos bancários.	Contrapartida prevista no TF em (R\$) R\$ 0,00	<input checked="" type="checkbox"/> Devoluções efetuadas (R\$) <input checked="" type="checkbox"/> R\$ 124,00 <input checked="" type="checkbox"/> Fls. 348 data 19.02.2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – Estado de Minas Gerais
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Fone: (034) 3353-1227 Ramal 206

controladoria@conquista.mg.gov.br



Da análise:

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação.

"Art. 70. omissis. Parágrafo único CF/88 - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

Compulsando todo o processo de prestação de contas em epígrafe, após diligência ao responsável, restaram as seguintes observações:

Apontamentos/recomendações:

- 1- Constatamos no processo de prestação de contas o Parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação concluindo com recomendação pela aprovação das contas sem ressalva, nos termos do Decreto 2.474/2018, às fls. 350, 351 e 352;
- 2- Foi observado o cumprimento do art. 76 do Decreto Municipal 2.474/2018 quanto à enumeração das folhas da PC. Porém nos quatro volumes que compõem a Prestação de Contas as numerações não são sequenciais. Sugerimos para que nos próximos processos sejam enumerados sequencialmente continuamente, objetivando maior facilidade de análise e controle, identificação das pastas por ex. volume 1, volume 2, ...3 e ...4 e as folhas enumeradas e assinadas por responsável designado para este serviço;
- 3- Nota-se que foi observado os ditames do art. 51 da lei 13.019/2014, bem como o disposto no art. 65 do Decreto Municipal 2.474/2018, no que tange a movimentação dos recursos em instituição financeira pública oficial, porém houve geração de tarifas e manutenção da conta no montante de R\$ 124,00 nos meses de setembro e outubro 2020. A OSC expediu justificativa fls. 347 e efetuou a devolução na conta da Prefeitura, conforme consta no comprovante do crédito às fls. 348, devolução montante de R\$ 124,00; (g.n.)
- 4- Orienta esta Controladoria para verificação da Unidade Gestora em conjunto com a Secretaria de Fazenda, quanto a atualização no Web Portal do Municipal das informações objetivando o cumprimento na íntegra do art. 5º. e respectivos incisos, bem como o cumprimento dos arts. 10 e 12 da Lei 13.019/2014 para todas as parcerias firmadas;
- 5- Importante que seja juntado ao presente processo uma declaração expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda que está sendo cumprido na íntegra o art. 5º. e respectivos incisos, c/c

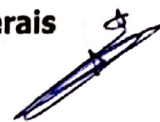


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – Estado de Minas Gerais

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Fone: (034) 3353-1227 Ramal 206

controladoria@conquista.mg.gov.br



com o art. 6º. do Decreto Municipal 2.474/2018, conforme as parcerias que estão sendo firmadas entre o Município e as OSCs;

6- Compulsando todo o processo verificamos que a OSC efetuou pagamento de despesa com telefone no valor de R\$ 179,88 - Oi Móvel - Telemar dia 04/05/2021, porém não foi juntada a fatura completa da despesa. Foi juntada apenas a página 3/3 da fatura conforme consta às fls. 83/54 desta Prestação de Contas. Para maior transparência importante que todos comprovantes de despesas sejam juntados na íntegra nos processos de PCA;

7- Nota-se no presente processo de PC, a aprovação sem ressalva por unanimidade do Conselho Municipal de Assistência Social constata na Ata às fls. 354 *usque* 356, bem como a aprovação sem ressalvas na conclusão final do Parecer do Gestor à época às fls. 360 *usque* 362, aonde informa que a OSC executou as ações de acordo plano de trabalho. Compulsando todo o processo esta Controladoria verifica que às fls. 246 *usque* 295 constam Termos de Rescisões dos Contratos de Trabalho especificando as respectivas verbas rescisórias. Verifica-se que no caso específico de 03 contratados cujos contratos de trabalho foram pactuados por tempo indeterminado (fls. 262/263, 274/275 e 290/291), no campo nº. 69 das verbas rescisórias, consta o pagamento de "Aviso Prévio Indenizado" correspondente ao saldo de 30 dias do Salário Integral. Ocorre que ao verificarmos os campos do TRCT nº. 25 (data do aviso prévio) consta 18/12/2020 e no campo 26 (data do afastamento) consta a data 30/12/2020. Ou seja, o lapso temporal a partir da emissão do aviso até a data do afastamento (perca do vínculo) do empregado não corresponde aos 30 dias, conforme preceitua o artigo 487 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 que aprova a CLT. Nesses termos e objetivando maior transparência na aplicação e utilização dos recursos Públicos, manifesta esta Controladoria para que seja apresentado esclarecimentos por parte da OSC quanto a este apontamento e que após, seja submetido à uma nova análise por parte do Conselho Municipal, bem como a emissão de Parecer Jurídico quanto à legalidade do pagamento das verbas rescisórias estabelecidas nos demonstrativos supracitados, anexo à Prestação de Contas; *(grifo da controladoria)*

8- Por fim, importante juntar à pasta de prestação de contas documentos que comprovem o cumprimento do art. 7º. do Decreto Municipal nº. 2.474/2018 que assim estabelece "In Verbis":

Art. 7º. As OSC deverão, sob suas próprias expensas, afixar placa na entrada principal de sua sede, com as informações da parceria mantida com o Município, conforme modelo constante do Anexo deste decreto, enquanto vigente o respectivo instrumento de parceria.

Conclusão:

Diante dos apontamentos, verifica-se que tais restrições decorrem da inobservância de exigências aparentemente formais, as quais não configuram malversação dos recursos públicos, tampouco comprometeram a execução do objeto pretendido pelo repasse dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – Estado de Minas Gerais
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Fone: (034) 3353-1227 Ramal 206

controladoria@conquista.mg.gov.br



recursos. Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto (destacando que há necessidade de apresentação de esclarecimentos e justificativas, objetivando o cumprimento na íntegra das exigências apontadas pela Controladoria).

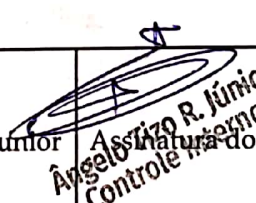
Sendo assim, diante das impropriedades apontadas nos itens 1 a 8, considera-se **REGULAR COM RESSALVAS** a presente prestação de contas, devendo esta ser submetida à nova análise Jurídica e por parte da Unidade Gestora na pessoa do Administrador Público e ao Gestor da parceira para que providencie as correções bem como as informações e esclarecimentos necessários, objetivando sanar os apontamentos supramencionados antes de submetê-la ao Setor Contábil para baixa e arquivamento da Secretaria de Fazenda.

Antes do envio ao Setor Contábil para expedição da baixa contábil, orienta esta Controladoria para que o Gestor Municipal junte toda documentação recomendada na Prestação de Contas, e em observância aos apontamentos acima, em especialmente observância ao item 7, por se tratar de questões que envolvem legislação de regência, recomenda esta Controladoria que o presente processo seja submetido à Procuradoria Jurídica Municipal para emissão de Parecer, em observância ao disposto no item 16.2 da Cláusula Décima Sexta do Termo de Fomento 004/2020 firmado entre as partes.

Assim dispõe dos ditames do artigo 77 da Lei 4.320/64 *In Verbis*:

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Este é o Parecer, *Salvo Melhor Juízo*.

Data 09/11/2021	Nome do analista Ângelo Tizo Roncolato Junior Controlador Interno	 Ângelo Tizo R. Júnior Controlador Interno
--------------------	---	--

Ilma Sra.

Ana Paula Pinheiro de Souza

Secretária Municipal de Assistência Social

Gestora Atual

Recebido
09/11/21

CA

Recebi 29/11/2021
Danylana